

SUMÁRIO

1. UM OLHAR PARA TRÁS	19
1.1. O CASAMENTO COMO SACRAMENTO	20
1.2. O CASAMENTO COMO INSTITUIÇÃO	21
1.3. VÍNCULOS PARENTAIS	23
1.4. NOVOS PARADIGMAS	24
1.5. AVANÇOS VAGAROSOS	25
1.6. RELAÇÕES DE GÊNERO	27
2. VALOR JURÍDICO DO AFETO	31
2.1. O RETRATO DA FAMÍLIA	31
2.2. O FIM DO SONHO	33
2.3. O ELEMENTO IDENTIFICADOR DOS VÍNCULOS FAMILIARES	35
2.4. FILHOS DO AFETO	39
3. A BUSCA DA PARENTALIDADE	47
3.1. UM NOVO CONCEITO	47
3.2. QUEM SOU EU?	48
3.3. FILIAÇÃO BIOLÓGICA	50
3.4. FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA	53
4. FILIAÇÃO BIOLÓGICA	57
4.1. ORIGEM	57
4.2. PRESUNÇÕES LEGAIS	60
5. FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA	65
5.1. VÁRIAS VERDADES	65

5.2. PARENTALIDADE	69
5.3. POSSE DE ESTADO DE FILHO	70
5.4. FILHO DE “CRIAÇÃO”	74
5.5. PARENTESCO POR AFINIDADE	75
5.6. MULTIPARENTALIDADE	76
5.6.1. Procedimento administrativo	77
5.7. INCLUSÃO DO SOBRENOME DO PADRASTO OU MADRASTA	78
5.8. ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO	79
5.9. OBRIGAÇÃO ALIMENTAR	80
6. FILIAÇÃO HOMOPARENTAL	83
6.1. ASPECTOS REGISTRAIS	84
6.2. LICENÇA-NATALIDADE	86
7. GUARDA OU CONVIVÊNCIA?	89
7.1. DISTINÇÕES NECESSÁRIAS	89
7.2. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	90
7.3. CÓDIGO CIVIL	91
7.4. CONVIVÊNCIA ALTERNADA E RESIDÊNCIAS COMPARTILHADAS ...	95
7.5. CONVIVÊNCIA COMPARTILHADA	97
7.6. CUSTÓDIA UNILATERAL	101
7.7. COPARENTALIDADE	102
7.8. COMPARTILHAMENTO DOS ENCARGOS PARENTAIS E PLANO DE COPARENTALIDADE	104
8. AVERIGUAÇÃO INOFICIOSA DA PATERNIDADE	109
8.1. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	109
8.2. AÇÃO DE AVERIGUAÇÃO DA PATERNIDADE	110
9. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	119
10. AÇÕES DE FILIAÇÃO	123
10.1. CONTEXTO LEGAL	123
10.2. NATUREZA JURÍDICA	124
10.3. DISTINÇÕES	125

10.4. COMPETÊNCIA	128
10.5. LEGITIMIDADE	129
10.6. OBJETO E PROVA	131
10.7. ÔNUS PROBATÓRIOS	132
10.8. SENTENÇA E COISA JULGADA	134
10.9. PRAZOS PRESCRICIONAIS	135
11. ADOÇÃO	139
11.1. UMA TRISTE REALIDADE	139
11.2. ASPECTOS LEGAIS	143
11.3. NATUREZA JURÍDICA	147
11.4. ADOÇÃO CONJUNTA	150
11.5. ADOÇÃO INDIVIDUAL	152
11.6. ADOÇÃO UNILATERAL	153
11.7. ADOÇÃO ANAPARENTAL	157
11.8. ADOÇÃO AFETIVA OU “À BRASILEIRA”	157
11.9. ADOÇÃO DIRETA, CONSENTIDA OU <i>INTUITU PERSONAE</i>	159
11.10. ADOÇÃO HOMOPARENTAL	164
11.11. ADOÇÃO MULTIPARENTAL	166
11.12. ADOÇÃO DE NASCITURO	167
11.13. ADOÇÃO UNILATERAL	168
11.14. ADOÇÃO PÓSTUMA	169
11.15. RECONHECIMENTO DA PARENTALIDADE SOCIOAFETIVA <i>POST MORTEM</i>	170
11.16. ADOÇÃO DE MAIORES DE IDADE	173
11.17. ADOÇÃO DE PESSOA IDOSA	174
12. DO ACOLHIMENTO À ADOÇÃO	177
12.1. UM CALVÁRIO COM O NOME DE PROTEÇÃO	177
12.2. ENTREGA VOLUNTÁRIA	179
12.2.1. Procedimento	181
12.3. TENTATIVA DE MANUTENÇÃO NA FAMÍLIA NATURAL	184
12.4. BUSCA DA FAMÍLIA EXTENSA	187
12.5. COLOCAÇÃO EM FAMÍLIA SUBSTITUTA OU ADOTIVA	188
12.6. FAMÍLIAS ACOLHEDORAS	190

12.7. APADRINHAMENTO	192
12.8. INSTITUCIONALIZAÇÃO: ÚLTIMO RECURSO	193
12.9. CADASTROS	196
12.10. HABILITAÇÃO À ADOÇÃO	199
12.10.1. O filho idealizado	201
13. AÇÃO DE DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR	205
13.1. PRESSUPOSTOS	205
13.2. PROCEDIMENTO	206
13.3. RESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR	208
14. AÇÃO DE ADOÇÃO	211
14.1. COMPETÊNCIA	211
14.2. PROCEDIMENTO	212
14.3. A QUESTÃO DO NOME	214
14.4. O FRACASSO DO SISTEMA LEGAL	214
15. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PARENTALIDADE	217
15.1. QUESTÕES TERMINOLÓGICAS	217
15.2. NATUREZA JURÍDICA	219
15.3. COMPETÊNCIA	219
15.4. LEGITIMIDADE	220
15.5. ÔNUS PROBATÓRIO	223
15.6. ALIMENTOS	224
15.7. INVESTIGAÇÃO DA ANCESTRALIDADE	225
16. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE	227
16.1. UMA VERDADE PRESUMIDA	227
16.2. SÓ QUE NÃO	228
16.3. UM FILHO PARA CHAMAR DE SEU	229
16.4. NATUREZA JURÍDICA	230
16.5. LEGITIMIDADE	231
17. AÇÃO DECLARATÓRIA DE ASCENDÊNCIA GENÉTICA	235
17.1. ADOÇÃO	235
17.2. REPRODUÇÃO ASSISTIDA	236

18. AÇÃO DECLARATÓRIA DE FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA	241
18.1. O RECONHECIMENTO DA SOCIOAFETIVIDADE	241
18.2. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA	242
18.3. AÇÃO DECLARATÓRIA DE FRATERNIDADE SOCIOAFETIVA	244
19. FILHOS DE MUITOS AFETOS	245
19.1. PAIS SEPARADOS	245
19.2. DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR	246
19.3. CONVIVÊNCIA IGUALITÁRIA	249
19.4. PRESUNÇÕES DE PATERNIDADE	250
19.5. REPRODUÇÃO ASSISTIDA	252
19.5.1. Fecundação homóloga	254
19.5.1.1. Inseminação artificial <i>post mortem</i>	255
19.5.2. Fecundação heteróloga	256
19.6. REGULAMENTAÇÃO PELO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA	257
19.7. REGULAMENTAÇÃO PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	260
19.8. AUTOINSEMINAÇÃO OU INSEMINAÇÃO CASEIRA	261
19.9. MULTIPARENTALIDADE	263
20. FILHOS PRIVADOS DO AFETO	269
20.1. MUITO OU POUCO AMOR?	269
20.2. ABANDONO AFETIVO	271
20.3. ALIMENTOS	277
20.3.1. Alimentos e convivência	277
20.4. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	280
20.5. DEVOLUÇÃO DO ADOTADO	281
20.6. ALIENAÇÃO PARENTAL	283
20.6.1. Uma síndrome?	285
20.6.2. Atores	286
20.6.3. Autoalienação parental, alienação bilateral ou cruzada	288
20.6.4. A Lei da Alienação Parental	289
20.6.5. Aspectos processuais	291
20.6.6. Avaliações psicológicas e sociais	292
20.7. FALSA DENÚNCIA DE ABUSO SEXUAL	294
20.8. INCESTO	296

SÚMULAS, TESES E ENUNCIADOS	301
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	301
TESES	301
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	302
SÚMULAS	302
TESES	303
JORNADAS DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL	303
Jornada de Direito Civil	303
JORNADA DE PROCESSO CIVIL	308
JORNADAS DE DIREITO DA SAÚDE	309
JORNADAS DE PREVENÇÃO E SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE CONFLI- TOS	309
FÓRUM NACIONAL DA JUSTIÇA PROTETIVA – FONAJUP	310
INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA – IBDFAM	312
 BIBLIOGRAFIA	 317